



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXI PALMAS, QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2010

Nº 1765



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Júnior Coimbra

1º Vice-presidente: Dep. Solange Duailibe

2º Vice-presidente: Dep. Eduardo do Dertins

1º Secretário: Dep. Paulo Roberto

2º Secretário: Dep. Stalin Bucar

3ª Secretária: Dep. Luana Ribeiro

4º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **César Halum (pres)**, Manoel Queiroz (Vice) Amélio Cayres, José Geraldo, Eli Borges.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Marcello Lelis, Toinho Andrade, Cacildo Vasconcelos, Iderval Silva, Fábio Martins.

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Iderval Silva (pres)**, Toinho Andrade (vice), Marcello Lelis, José Geraldo, Fábio Martins.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às terças-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Luana Ribeiro (pres)**, Manoel Queiroz (vice), César Halum, Raimundo Moreira, Eli Borges,

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Júnior Coimbra, Eduardo do Dertins.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin (pres)**, Fábio Martins(vice), Amélio Cayres, Raimundo Moreira, Josi Nunes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Júnior Coimbra, Eduardo do Dertins.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Eduardo do Dertins(**pres**), Cacildo Vasconcelos(vice), Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Iderval Silva.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Pr. Pedro Lima, César Halum, José Geraldo, Josi Nunes, Fábio Martins.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Dr. Zé Viana(pres)**, Marcello Lelis (vice), Raimundo Palito, Júnior Coimbra, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Luana Ribeiro, , Angelo Agnolin, José Geraldo, Josi Nunes, Manoel Queiroz.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Sandoval Cardoso(pres)**, Eduardo do Dertins, Marcello Lelis, César Halum, Cacildo Vasconcelos.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, Toinho Andrade, José Geraldo, Iderval Silva, Fábio Martins.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **José Geraldo (pres)**, Toinho Andrade(vice), Amélio Cayres, Sandoval Cardoso, Eduardo do Dertins

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Marcello Lelis, Angelo Agnolin, Raimundo Palito, Júnior Coimbra, Solange Duailibe.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Júnior Coimbra, Fábio Martins(vice), Pr. Pedro Lima, Toinho Andrade, Raimundo Moreira.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Marcello Lelis, Dr. Zé Viana, Raimundo Palito, Eli Borges, Manoel Queiroz.

Comissão dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Luana Ribeiro (pres)**, Josi Nunes (vice), Angelo Agnolin, Raimundo Palito, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Pr. Pedro Lima, César Halum, Raimundo Moreira, Eli Borges, Eduardo do Dertins.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Comissão Especial de Acompanhamento das Ações de Promoção do Desenvolvimento Sustentável às Margens da UHE-Lajeado e Processos de Licenciamento Ambiental.

Reunião às terças-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin(pres)**, Solange Duailibe (vice), Marcello Lelis, José Geraldo, Eli Borges.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Júnior Coimbra, Cacildo Vasconcelos, Luana Ribeiro, Toinho Andrade, Fábio Martins.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM Nº 54/2010

Palmas, 29 de março de 2010.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, em regime de urgência, o anexo Projeto de Lei 44/2010, modificativo da Lei 1.676, de 3 de abril de 2006, que dispõe sobre o efetivo e subsídios da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

A presente proposta tem por finalidade conceder à Carreira Militar mais perspectivas de ascensão, bem como, propiciar mais mobilidade funcional aos Policiais Militares. Desse modo, os integrantes da Corporação vislumbram o horizonte de crescimento, motivador para a qualidade total na execução de serviços.

Nesse passo e na certeza da melhor acolhida por parte de Vossa Excelência e Insignes Pares, agradeço pelos esforços que serão empreendidos em favor da aprovação deste Projeto de Lei, tal como se apresenta.

Atenciosamente,

CARLOS HENRIQUE AMORIM

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 44/2010

Altera a Lei 1.676, de 3 de abril de 2006, que dispõe sobre o efetivo e subsídios da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I da Lei 1.676, de 3 de abril de 2006, passa a vigorar na conformidade do Anexo Único a esta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 29 dias do mês de março de 2010; 189º da Independência, 122º da República e 22º do Estado.

CARLOS HENRIQUE AMORIM

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI Nº 44/2010

“QUADRO DE ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

POSTO/ATIVIDADE	QUANT.	
QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES – QOPM:	288	
Comando Operacional	Coronel	16
	Tenente-Coronel	36
	Major	38
	Capitão	48
	Primeiro-Tenente	120

QUADRO DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO – QOA:		117
Administração Militar	Major	12
	Capitão	25
	Primeiro-Tenente	80
QUADRO DE OFICIAIS DE SAÚDE – QOS:		103
Médico	Coronel	1
	Tenente-Coronel	2
	Major	3
	Capitão	12
	Primeiro-Tenente	12
Cirurgião-Dentista	Coronel	1
	Tenente-Coronel	1
	Major	4
	Capitão	11
Médico Veterinário	Primeiro-Tenente	22
	Major	1
	Capitão	3
Fisioterapeuta	Primeiro-Tenente	3
	Major	1
	Capitão	2
Assistente Social	Primeiro-Tenente	5
	Capitão	1
Psicólogo	Primeiro-Tenente	8
	Capitão	1
	Major	1
Enfermeiro	Primeiro-Tenente	3
	Capitão	1
	Major	1

QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS – QOE:		175
Assessorias em Geral	Major	10
	Capitão	68
	Primeiro-Tenente	80
Músico	Primeiro-Tenente	4
	Capitão	1
Capelão	Primeiro-Tenente	7
	Capitão	5

QUADRO DE PRAÇAS POLICIAIS MILITARES – QPPM		6.575
Execução Operacional	Subtenente	200
	Primeiro-Sargento	900
	Cabo	1825
	Soldado	3.650

QUADRO DE PRAÇAS DE SAÚDE – QPS:		64
Técnico em Enfermagem	Subtenente	3
	Primeiro-Sargento	5
	Cabo	10
	Soldado	30
Técnico em Radiologia	Soldado	8
	Cabo	5
	Primeiro-Sargento	2
	Subtenente	1

QUADRO DE PRAÇAS ESPECIALISTAS - QPE:		178
Músico	Soldado	40
	Cabo	30
	Primeiro-Sargento	100
	Subtenente	8

TOTAL		7.500
--------------	--	--------------

”(NR)

MENSAGEM Nº 57/2010

Palmas, 31 de março de 2010.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, em regime de urgência, o anexo Projeto de Lei 46/2010, modificativo da Lei 125, de 31 de janeiro de 1990, que dispõe sobre os direitos e obrigações dos policiais militares tocantinenses.

A proposta objetiva fazer constar dos requisitos para o ingresso na carreira militar, quanto à escolaridade exigida, a condição de ter o candidato concluído o Ensino Médio, visando assim, ao contrário do que rezava a normativa, oportunizar às pessoas mais possibilidades de concorrência em concursos referentes à inserção na Polícia Militar do Estado do Tocantins.

Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa dispensarão o necessário apoio a esta propositura, busca-se a aprovação da medida.

Atenciosamente,

CARLOS HENRIQUE AMORIM

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 46/2010

Altera dispositivo da Lei 125, de 31 de janeiro de 1990, que dispõe sobre os direitos e obrigações dos policiais militares tocantinenses.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso V do art. 10 da Lei 125, de 31 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“V – ter concluído o Ensino Médio;” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 31 dias do mês de março de 2010; 189º da Independência, 122º da República e 22º do Estado.

CARLOS HENRIQUE AMORIM

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 275/2010

Cria o Programa PRÓ-EGRESSO no sistema prisional do Estado do Tocantins e dá outras providências.

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º É criado o programa PRÓ-EGRESSO, destinado ao atendimento de população egressa do sistema prisional ou que cumpram pena em liberdade, dando-lhes toda a assistência necessária para sua reinserção social.

Parágrafo Único. O Programa de que trata o caput tem como objetivo dar atendimento ao egresso e ao beneficiário de:

I – regime aberto;

II – livramento condicional;

III – suspensão condicional da pena “SURSIS”;

IV – liberdade vigiada;

V – pena restritiva de direitos; e,

VI – suspensão condicional do processo, nos termos da Lei Federal nº 9099, de 26.09.1995.

Art. 2º O egresso deverá comprovar por meio de documento judicial hábil, quando da sua inscrição no PRÓ-EGRESSO, em qual dos incisos do parágrafo único do artigo anterior está qualificado.

Parágrafo Único. O egresso cadastrado receberá um documento de identificação que comprove ser membro do programa PRÓ-EGRESSO que deverá ser apresentada todas as vezes que comparecer perante o Programa ou em nome dele o representar.

Art. 3º O Programa PRÓ-EGRESSO contará com uma equipe multidisciplinar, cujo objetivo será a orientação e a assistência com elementos indispensáveis à sua reinserção social, a saber:

I – assistência Jurídica;

II – assistência de Saúde e

III – assistência Social.

§ 1º A equipe de assistência jurídica orientará o egresso quanto à sua situação jurídica, alertando-o para o fato de que pode ser novamente recluso ou tornar-se reincidente.

§ 2º A equipe de assistência à saúde realizará atendimento psicoterapêutico sistematizado ao egresso e seus familiares, podendo realizar visitas domiciliares para este fim e, por conseguinte, elaborará o seu perfil psicológico detalhando suas condições pessoais e profissionais para posterior encaminhamento ao mercado de trabalho.

§ 3º À equipe de assistência social compete:

I – realizar visitas domiciliares aos egressos, coletando e anotando, em prontuário social próprio, dados subjetivos dos mesmos como:

a) suas condições social, econômica e cultural;

b) suas reações na convivência familiar;

II – orientar e encaminhar o egresso para cursos gratuitos desenvolvidos e/ou disponibilizados pelo Programa de Capacitação Profissional no local em que estiver residindo o egresso;

III – fazer contatos com as pessoas físicas e jurídicas de direito privado para obter sua participação no programa, bem como receber e orientar as interessadas a se cadastrarem;

IV – encaminhar o egresso para a oportunidade de emprego, observado o disposto no art. 5º, caput e § 5º desta lei.

Art. 4º A equipe multidisciplinar será composta pelos respectivos profissionais da administração direta e/ou equipes de trabalho, criada pela Secretaria de Estado, responsável pela segurança pública, admitindo-se parcerias com órgãos afins.

Art. 5º Dar-se-á incentivo fiscal a ser estabelecido por lei específica de autoria do Poder Executivo às pessoas físicas e jurídicas de direito privado que se inscreverem junto ao programa de que trata esta lei, disponibilizando vagas do seu quadro funcional para admissão dos egressos que cumpriram pena privativa ou restritiva de liberdade em caráter de detenção

ou reclusão.

§ 1º - O incentivo somente será concedido quando da admissão do egresso por contrato de trabalho por prazo indeterminado, perdurando enquanto este estiver efetivamente no trabalho.

§ 2º Far-se-á uma relação, proporcional do valor do incentivo fiscal a ser concedido conforme o número de funcionários admitidos através deste Programa.

§ 3º O PRÓ-EGRESSO, por meio da equipe de serviço social, encaminhará o egresso aos inscritos em conformidade com o caput deste artigo, para participar de entrevista e demais processo de Seleção.

§ 4º Os presídios e casas de detenção, em convênio e parceria a serem estabelecidos, enviará uma relação dos nomes dos presidiários qualificados no caput deste artigo, ao PRÓ-EGRESSO e os encaminhará para o benefício do programa quando da saída destes.

§ 5º Ter-se-á prioridade no atendimento das vagas disponibilizadas pelas pessoas físicas e jurídicas, observadas a seguinte ordem de concessão, os egressos;

I – que tenham cumprido pena de reclusão ou detenção;

II – o mais hipossuficiente;

III – que tenham filhos sob a sua dependência econômica;

IV – o mais idoso e

V – residente no município e/ou região onde se encontrava recluso.

Art. 6º Durante o contrato de experiência, o PRÓ-EGRESSO, por meio de seu funcionário competente realizará visitas à empresa para avaliação do egresso admitido.

Art. 7º Enquanto o egresso não conseguir o trabalho, ele receberá auxílio-alimentação pelo órgão competente do Poder Executivo, atendidas as formalidades por este exigida.

Art. 8º O egresso de origem de outro Estado ou Federação receberá por parte deste programa auxílio para retorno ao seu destino, com ajuda alimentação e encaminhamento ao albergue local, até efetiva realização de seu traslado.

Art. 9º Somente uma única vez serão concedidos os benefícios de que tratam este programa, salvo nos casos de contrato de trabalho em que o egresso tenha sido desligado por motivo de término do prazo de experiência ou demissão sem justa causa.

Art. 10 Dar-se-á ampla divulgação ao programa estabelecido nesta lei, principalmente nos presídios e fóruns dos municípios e/ou regionais.

Art. 11 O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas para concretização e implementação dos objetivos desta lei.

Art. 12 As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias suplementares, se necessário.

Art. 13 O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Com intuito de possibilitar aos ex-detentos a reintegração e a inclusão no mercado de trabalho, apresentamos a presente proposição acreditando na possibilidade de recuperação dos mesmos, bem como propondo meios para a não reincidência dos ex-detentos no mundo do crime e, conseqüentemente, sua reinserção na sociedade.

Em virtude disso, temos a certeza que a implementação do referido programa trará consigo o inegável interesse público, uma vez que uma das finalidades maior é a aplicação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana como, por exemplo, o esforço para a garantia do regresso dos presos ao mercado de trabalho, o que pretende essa proposição.

Por todos esses fatos, é de suma importância a existência de projetos e programas que visem, efetivamente, não apenas em nível utópico e ideológico, garantir ao(à) ex-detento(a) a retomada de sua vida normal, permitindo não apenas a reintegração social para tais pessoas, após o cumprimento de suas penas, mas também o exercício de suas forças de trabalho em prol da construção de uma sociedade justa, livre e solidária.

O acima exposto deixa clara a necessidade de uma política voltada para o egresso do sistema prisional, tendo em vista a relevância social da medida e seu impacto na melhoria da qualidade de vida dos mesmos, acreditamos que a proposta não necessite de maiores justificativas, esperando o beneplácito dos nobres Pares.

Sala das Sessões, 16 de março de 2010.

MANOEL QUEIROZ

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 277/2010

Institui obrigatoriedade para as empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas fabricadas em tereftalato de polietileno ou plásticas em geral, do Estado do Tocantins, desenvolverem programas de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento desses produtos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º As empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas fabricadas com tereftalato de polietileno – PET's -, ou plásticas em geral, do Estado do Tocantins são obrigadas a criar e manter programas de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento desses produtos, dando-lhes destinação final adequada, a fim de se evitarem danos ao meio ambiente.

§ 1º Para atendimento ao disposto desta lei, considera-se reciclagem todo processo de transformação de um produto em um novo produto útil, através de processos químicos.

§ 2º Compreende-se por reutilização, para efeitos desta lei, a utilização de um produto, com o mesmo propósito, por mais de uma vez.

§ 3º Entende-se por reaproveitamento, para efeitos desta lei, a utilização de um produto de maneira diversa daquela para a qual foi destinado originariamente.

Art. 2º As empresas produtoras de garrafas PET's ou plásticas em geral, ficam obrigadas a inserir em seus rótulos mensagens de conteúdo explícito sobre a correta destinação final da

embalagem e os danos que elas podem causar ao meio ambiente.

Art. 3º As empresas mencionadas no caput colocarão lixeiras apropriadas à disposição do público, além de proporcionar serviços de coleta de garrafas PET's ou plásticas em geral, bem como informações sobre os programas desenvolvidos.

Art. 4º São objetivos dos programas de que trata esta lei:

I - desenvolver campanhas educativas;

II – veicular propagandas referentes aos riscos para o meio ambiente quando a destinação das garrafas PET's ou plásticas em geral ocorre em locais não apropriados, esclarecendo dúvidas aos usuários;

III – esclarecer sobre os benefícios do recolhimento para posterior reciclagem, reutilização ou reaproveitamento;

IV – firmar convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins para divulgação do Programa junto às escolas da Rede Estadual de Ensino.

Art. 5º Ficam, as empresas mencionadas nesta lei, autorizadas a firmar convênios, parcerias ou contratos com as Prefeituras municipais ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas de natureza pública ou privada, no intuito de viabilizar a execução dos programas de que trata esta lei.

Art. 6º A empresa que violar ou, de qualquer forma, concorrer para a violação do disposto nesta lei estará sujeita à multa e sanções a ser regulamentada pelo órgão competente.

Art. 7º O Poder Executivo Estadual, por meio dos órgãos competentes, adotará as medidas cabíveis para atender todos os objetivos desta Lei, regulamentado-a no prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de março de 2010.

IDERVAL SILVA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

As garrafas PET's (tereftalato de polietileno) surgiram como opção leve e barata para substituição das pesadas garrafas de vidro garrafas de vidro, de alta manutenção. Infelizmente, não foi lançada em conjunto com as embalagens uma solução para o recolhimento e reutilização das mesmas, muito menos reciclagem.

O Brasil produz, anualmente, cerca de 3 bilhões de garrafas PET's, produto este 100% reciclável embora seu volume de reciclagem beire os 50%. Isso significa na prática que, anualmente, pelo menos 1 bilhão e meio de plástico não-biodegradável é descartado no meio ambiente, o que significa algumas centenas de anos para absorção na natureza.

Existem diversos projetos de recolhimento de PET para reciclagem no Brasil, que são utilizados tanto na geração de outros produtos como brinquedos, móveis, arte e até barcos, como também são triturados e reprocessados para darem origem a novas garrafas e outros objetos feitos com polietileno. A grande vantagem, além da óbvia preservação do meio ambiente, é o custo. Uma garrafa de polietileno reciclado custa cerca de 40% menos

que a tradicional e a maneira como a reciclagem é feita elimina qualquer possibilidade de contaminação ou queda na qualidade do produto final. É uma perfeita garrafa PET's, só que a matéria-prima já veio semi-pronta.

O Projeto de Lei ora apresentada tem por finalidade conferir destinação adequada às garrafas PET's (fabricadas com tereftalato de polietileno) ou plásticas em geral, por meio de instituição de programas de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento desses produtos evitando-se, desta forma, o descarte inadequado e a contaminação do meio ambiente.

Pelo exposto, o aludido Projeto visa solucionar o problema e distribuir de forma mais equânime a responsabilidade do descarte dentro da cadeia produtiva, remetendo aos produtores a responsabilidade do descarte final. Esse tem sido o procedimento mundialmente adotado, posto que o principal responsável pela produção deve assumir a responsabilidade pelo descarte dos resíduos resultantes de utilização do produto pelos consumidores, a exemplo do atual descarte de pilhas e baterias.

Tendo em vista a conveniência e relevância da presente proposição, esperamos amplo apoio dos senhores Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 24 de março de 2010.

IDERVAL SILVA

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 278/2010

Autoriza o Governado do Estado do Tocantins, a estabelecer convênio para possibilitar o atendimento médico dos alunos matriculados nas escolas públicas estaduais.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º O Governo do Estado é autorizado a implantar o Programa de Atendimento Médico aos alunos do ensino fundamental e médio, da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins.

Art. 2º Para o desenvolvimento do Programa de que trata o artigo anterior, o Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde, poderá firmar convênios com o Conselho Regional de Medicina e outras entidades representativas de profissionais médicos.

Art. 3º O atendimento médico dar-se-á nas escolas públicas, por médicos inscritos no programa, os quais atenderão, exclusivamente, aos alunos regularmente matriculados na escola.

Art. 4º O cumprimento do artigo anterior estará condicionado à:

I- existência e disponibilização de espaço físico, na escola, para a instalação do consultório médico;

II- autorização do Conselho de Escola para a implantação do programa e,

III- concordância da Associação de Pais e Mestres - APM, das escolas interessadas.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes administrativos e orçamentários necessários ao cumprimento dos dispositivos desta lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos após a publicação da regulamentação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo proporcionar atendimento médico primário aos estudantes das Escolas da Rede Pública do Estado do Tocantins, visando a minimizar problemas já existentes e criar alternativas preventivas que possam evitar que as crianças e jovens de hoje sejam adultos portadores de patologias, no futuro.

Acompanhamos as dificuldades encontradas, nessa área, ouvindo todas as partes envolvidas no processo de educação das nossas crianças e jovens. Muitos dos problemas existentes poderiam ser evitados se existissem profissionais habilitados que dessem um acompanhamento médico preventivo aos estudantes.

Diz o ditado que “É Melhor Prevenir do que Remediar”. Este velho provérbio traduz bem os objetivos do Programa, oferecendo oportunidade de dar enfoque também na educação, visando a prevenção e a melhor forma de contribuir para uma vida saudável.

A Medicina Preventiva Primária, aliada a um Programa de Educação para a Saúde, poderá levar informações e orientações médicas às crianças e adolescentes.

Queremos que sejam levadas informações aos estudantes sobre temas, como a importância da boa alimentação e orientação de como evitar as doenças sexualmente transmissíveis. Desta forma, os alunos vão poder transmitir as informações para a sua família e para a comunidade.

Os argumentos aqui expostos nos alertam para que nós, autoridades, tomemos conhecimento e criemos medidas eficazes para minimizar este problema, buscando alternativas para melhorar a qualidade de vida e diminuir as diferenças sociais no nosso Estado.

A dimensão da população infantil em nosso Estado justifica o desenvolvimento de programas especiais visando esta faixa etária.

Assim sendo, em face de abrangência e importância social do presente Projeto, e ousado analisar a atual realidade, não só pelo aspecto social, mas também de saúde pública, peço o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis pela sua aprovação.

Sala das Sessões, 24 de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2010

Aprova as contas do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, referentes ao exercício de 2008.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º São aprovadas as contas do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas

do Estado do Tocantins, referentes ao exercício de 2008.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2010.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Relator

Ofício nº 187/2010 - GAPRE

A Sua Excelência o Senhor

JÚNIOR COIMBRA

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
Palmas - TO.

Assunto: **Projeto FUNJURIS - Encaminha Projetos de Lei**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de cumprimentá-lo, ao tempo em que encaminho a **Vossa Excelência os Projetos de Lei visando alterar as Leis nº 954/1998 - que institui o FUNJURIS, e a Lei 1.286/2001 - que dispõe sobre Custas e Emolumentos.**

2. Ressalto que as alterações supracitadas são de vital importância para o atendimento do Projeto de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário.

3. Por fim, na certeza de contar com a melhor acolhida aos presentes Projeto de Lei, **solicito a sua tramitação em regime de urgência.**

Atenciosamente,

Desembargadora WILLAMARA LEILA
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 01/2010

Altera a Lei nº. 954, de 3 de março de 1998, que institui o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário (FUNJURIS-TO), e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º. A Lei nº 954, de 03 de março de 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

VIII - demais itens de despesas classificadas como outras despesas correntes relativas à manutenção e ao funcionamento das atividades meio e fim do Poder Judiciário.” (NR)

“Art. 2º

VII - os produtos de multas contratuais, cauções ou depósitos que reverterem a crédito do Poder Judiciário.

X - o valor equivalente a quinze por cento (15%) da

arrecadação bruta, pela prestação de serviços das serventias não oficializadas e extrajudiciais.

XIII - cobrança de valores pela publicação de atos administrativos ou judiciais no diário da justiça eletrônico.

XIV - os depósitos judiciais inativos por mais de 05 (cinco) anos após trânsito em julgado da decisão.

XV - os saldos financeiros resultantes da execução orçamentária e financeira do Poder Judiciário, disponíveis ao final de cada exercício, ressalvado o valor inscrito em restos a pagar.

XVI - rendimentos dos depósitos judiciais à disposição do Poder Judiciário, através da conta única.

XVII - valor correspondente a vinte por cento (20%) da arrecadação do FUNCIVIL.

XVIII - outras receitas eventuais.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Justiça Rio Tocantins, em Palmas, aos 16 dias do mês de março de 2010, 187º da Independência, 120º da República e 21º do Estado.

Desembargadora **WILLAMARA LEILA**
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 02/2010

Altera a Lei 1.286, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre Custas Judiciais, Emolumentos e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º. A Lei nº. 1.286, de 28 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 1º. O recolhimento das custas judiciais e demais despesas do processo é feito em documento de arrecadação próprio do Poder Judiciário do qual conste, de forma inequívoca, a data do pagamento.

.....”(NR).....

“Art.13

Parágrafo único. O recolhimento dos emolumentos devidos ao Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - FUNJURIS é feito em documento de arrecadação próprio do Poder Judiciário do qual conste, de forma inequívoca, a data do pagamento.”

.....”(NR).....

“Art.19

§ 1º. A multa de que trata este artigo é recolhida ao Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - FUNJURIS.

.....”(NR).....

“Art. 22. O Corregedor-Geral da Justiça regulamentará os atos necessários ao cumprimento desta Lei.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Justiça Rio Tocantins, em Palmas, aos 16 dias do mês de março de 2010, 187º da Independência, 120º da República e 21º do Estado.

Desembargadora **WILLAMARA LEILA**
Presidente

Ofício nº 274-GG

Palmas, 6 de abril de 2010.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual **RAIMUNDO COIMBRA JÚNIOR**

Presidente da **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS**

N E S T A

Assunto: Comunicado.

Senhor Presidente,

Informo a essa Augusta Casa de Leis que me ausentarei do País durante o período de 15 a 27 de abril de 2010, a fim de empreender viagem, em missão oficial, à Guangzhou e Shanghai, na República Popular da China, e à Washington D.C., nos Estados Unidos da América, acompanhado de comitivas, conforme as anexas cópias dos Atos n. 2.499 e 2.511 - DSG, ambos de 30 de março de 2010, e 2.621 e 2.622 - DSG, de 6 de abril de 2010.

Na China, estabelecerei o Acordo de Cooperação Comercial e Industrial com o Governo da Província de Guangdong, o qual promoverá meios para fomentar o setor industrial em nosso Estado, e ainda, participarei de reuniões com empresários locais, visando firmar mais parcerias e, conseqüentemente, investimentos proficientes no Tocantins.

Em Washington D.C., nos dias 24 a 27 de abril do corrente ano, participarei de reuniões no Banco Interamericano de Desenvolvimento e no Banco Mundial.

Asseguro a Vossa Excelência e aos Nobres Pares que, durante o meu afastamento, as ações deste Governo permanecerão em desenvolvimento pelo Vice-Governador do Estado, Eduardo Machado Silva, o qual assumirá a Chefia do Poder Executivo.

Atenciosamente,

CARLOS HENRIQUE AMORIM
Governador do Estado

ATO Nº 2.499 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no Decreto 2.455, de 6 de julho de 2005, resolve

DESIGNAR

a seguinte delegação para compor missão oficial à Guangzhou e Shanghai, na República Popular da China, a fim de celebrar Acordo de Cooperação Comercial e Industrial com o Governo da Província de Guangdong e participar de reuniões com empresários locais, no período de 15 a 24 de abril de 2010, e à Washington DC, nos Estados Unidos da América, para participar de reuniões no Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial, no período de 24 a 27 de abril de 2010:

I – com ônus total para o Estado quanto à percepção de vencimento, despesas com passagens aéreas e diárias **PEDRO FONSECA GILL**;

III – como convidado, com ônus parcial para o Estado, **JAIME CAFÉ DE SÁ**.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 30 dias do mês de março de 2010; 189º da Independência, 122º da República e 22º do Estado.

CARLOS HENRIQUE AMORIM

Governador do Estado

Antônio Lopes Braga Júnior

Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 2.511 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no Decreto 2.455, de 6 de julho de 2005, resolve

DESIGNAR

a seguinte delegação para compor missão oficial à Guangzhou e Shanghai, na República Popular da China, a fim de celebrar Acordo de Cooperação Comercial e Industrial com o Governo da Província de Guangdong e participar de reuniões com empresários locais, no período de 15 a 24 de abril de 2010:

I – com ônus total para o Estado, quanto à percepção de vencimento, despesas com passagens aéreas e diárias, **JÚLIO CÉSAR RESENDE**;

II – como convidados, com ônus total para o Estado:

- a) **CLEBER LUCIANO MENDES DE TOLEDO**;
- b) **PAULLIU**;
- c) **ROBERTA BORGES TUM**;
- d) **SEVERIANO JOSÉ COSTRANDRA DE AGUIAR**;
- e) **STALIN JUAREZ GOMES BUCAR**;

IV – como convidados, sem ônus para o Estado:

- a) **ADILSON WISEMAN BARROS DE LYRA**;
- b) **CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA**;
- c) **CRISTIANO BOTELHO VELOSO**;
- d) **FRANCISCO TAKISHI DE SOUZA UEJO**;
- e) **IVAN RICARDO NAVES INÁCIO**;
- f) **JOÃO BATISTA DIAS PEREIRA**;
- g) **MAURICIO DE PAULA MANDUCA**;
- h) **PAULO TARSO DAHER**;
- i) **ROBERTO MAGNO MARTINS**;
- j) **ROGERIO SIQUEIRA DAHER**.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 30 dias do mês de março de 2010; 189º da Independência, 122º da República e 22º do Estado.

CARLOS HENRIQUE AMORIM

Governador do Estado

Antônio Lopes Braga Júnior

Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 2.621 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no Decreto 2.455, de 6 de julho de 2005, resolve

DESIGNAR

CARLOS EDUARDO TORRES GOMES para, em missão oficial, na condição de convidado, empreender viagem à República Popular da China e aos Estados Unidos da América, nas cidades de Guangzhou, Shanghai e Washington DC, nos períodos de 15 a 24 de abril e de 24 a 27 de abril de 2010, respectivamente, sem ônus para o Estado.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 6 dias do mês de abril de 2010; 189º da Independência, 122º da República e 22º do Estado.

CARLOS HENRIQUE AMORIM

Governador do Estado

Antônio Lopes Braga Júnior

Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 2.622 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no Decreto 2.455, de 6 de julho de 2005, resolve

DESIGNAR

EDMONDAZIIZ BARUQUE FILHO para, em missão oficial, na condição de convidado, empreender viagem à República Popular da China, nas cidades de Guangzhou e Shanghai, no período de 15 a 24 de abril de 2010, sem ônus para o Estado.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 6 dias do mês de abril de 2010; 189º da Independência, 122º da República e 22º do Estado.

CARLOS HENRIQUE AMORIM

Governador do Estado

Antônio Lopes Braga Júnior

Secretário-Chefe da Casa Civil

Atas das Sessões Plenárias

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 10 de março de 2010

Ata da Centésima Septuagésima Primeira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dez do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, Primeira-Secretária e o Senhor Deputado Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a

Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sargento Aragão, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Deixaram de comparecer a Senhora Deputada Solange Duailibe e os Senhores Deputados: Amélio Cayres Eli Borges, Fábio Martins, Manoel Queiroz, Paulo Roberto e Sandoval Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual, foi aprovada. Em seguida, foi lido e despachado o expediente: Projeto de Resolução número 15/2010, de autoria do Senhor Deputado Pastor Pedro Lima, que “Reserva espaço ecumênico de 30 (trinta) minutos na Sessão Ordinária na quarta-feira da última semana de cada mês, para pregação da palavra de Deus, a ser facultado a pastores, rabinos, padres e expositores espíritas”. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 270/2010, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; 271/2010, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso; e os Requerimentos que receberam os números 4294 a 4302. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 4303, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números: 636/2009, 504/2009, 766/209, 112/2010, 132/2010, 133/2010 e 137/2010, o qual foi aprovado. No horário destinado às Comunicações os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4283, 1548, 1673, 1558, 1578, 1677, 1801, 1924, 2086, 2091, 2174, 2176, 2247, 2257, 2261, 2273, 2288, 2290, 2348, 175 a 177, 180, 194, 212 a 215, 217 a 219, 234, 447, 449, 264, 365, 366, 378 a 381, 384 a 387, 415, 416, 443 a 446, 2601, 2602, 2513, 2557, 2573, 2574, 2578, 2580, 4254, 3974, 2455, 2460 a 2462 e 2595 a 2600, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às quinze horas e cinquenta e três minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 11 de março de 2010

Ata da Centésima Septuagésima Segunda Sessão Ordinária

Às nove horas do dia onze do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pelos Senhores Deputados Raimundo Palito, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Eli Borges, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sargento Aragão e Stalin Bucar.

Deixaram de comparecer a Senhora Deputada Solange Duailibe e os Senhores Deputados: César Halum, Dr. Zé Viana, Fábio Martins, Manoel Queiroz, Paulo Roberto, Sandoval Cardoso e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 268/2010, de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Ramiro Rodrigues dos Santos, Capitão de Mar e Guerra”; e Projeto de Lei número 269/2010, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Missão e Vida – ABEMVIDA”. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 4304 a 4325. No horário destinado às Comunicações usou a tribuna o Senhor Deputado Stalin Bucar. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4302, 1538, 1672, 1718, 1735, 1736, 1790, 1791, 1792, 1798, 1807, 1970, 2062 a 2065, 2100, 2106, 2112, 2131, 2192, 2204, 2364, 2382, 427, 178, 460, 475, 483 a 486, 492, 501 a 503, 515, 854 a 856, 858 a 860, 926 a 928, 962, 963, 966, 97, 969 a 987, 992, 1286, 1307, 1300, 1301, 1320, 1323 a 1325, 1328 a 1330, 1350 a 1354, 1356 a 1358, 1360, 1361, 2463, 2471, 2497 a 2500, 2480 a 2483, 2492 a 2494, 2502, 2511, 2514, 2522, 2526, 2530, 2531, 2535, 2545, 2546, 2550, 2552, 2554, 2556, 2558, 2560, 2561, 2564, 2564, 2566, 2569, 2571 e 2456 a 2459, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e trinta e sete minutos, convocando Sessão Extraordinária para as dezessete horas. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 16 de março de 2010

Ata da Centésima Septuagésima Terceira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dezesseis do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, Primeira-Secretária e o Senhor Deputado Raimundo Palito, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 258/2010, de autoria do Senhor Deputado Sargento Aragão, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores de Palmeirópolis”; Projeto de Lei número 262/2010, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso, que “Dispõe

sobre a afixação de cartazes com fotos de pessoas desaparecidas, em estações rodoviárias, aeroportos e logradouros com grande fluxo diário de pessoas, em território tocantinense”; Projeto de Lei número 263/2010, de autoria do Senhor Deputado Pastor Pedro Lima, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Desenvolvimento da Educação, Interação e Apoio – IDEIA”; e Projeto de Lei número 267/2010, de autoria do Senhor Deputado Sargento Aragão, que “Dispõe sobre o Comando Geral e dos requisitos para o preenchimento do cargo de Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, e adota outras providências”. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 273/2010 e 274/2010, de autoria do Senhor Deputado César Halum; e 275/2010, de autoria do Senhor Deputado Manoel Queiroz; e os Requerimentos que receberam os números 4341 a 4385. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 4385, de autoria dos Senhores Deputados da Bancada de Governo. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Paulo Roberto e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Stalin Bucar. Logo após, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para receber o Senhor Romenthier Ítalo Pagano, Presidente da Mineratins e a Senhora Regina Ianes, Geóloga e Diretora Técnica da Mineratins, para falar sobre o 2º Encontro da Mineração no Tocantins, reabrindo-a às dez horas e trinta e seis minutos. Em seguida, assumiu a Presidência a Senhora Deputada Solange Duailibe e a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Manoel Queiroz. No horário destinado às Comunicações os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4326, 1502, 1519, 1576, 1775, 1676, 1690, 1737 a 1741, 1743, 1746 a 1748, 1751, 1754, 1757, 1759, 1780, 1789, 1821, 1830, 1842, 1962, 1965, 1974, 1782, 1979, 1981 a 1983, 1999, 2002, 2005, 2006, 2010, 2017, 2018, 2027, 2036, 2030, 2041, 2056 a 2059, 2066, 2060, 2067, 2068, 2092 a 2094, 2140, 2249, 2344, 2363, 2370, 2373, 2375, 2376, 2386, 441, 442, 624, 625, 660 a 663, 665 a 669, 678, 680 a 683, 703 a 710, 1013 a 1019, 1070, 1084 a 1090, 1092, 1093, 1102, 1103, 1105, 1107, 1113 a 1116, 1118 a 1126, 1128 a 1132, 1137 a 1145, 1147, 1302, 1335, 1387, 1338, 1289, 1476 a 1486, 2470, 2472, 2474 a 2476, 2489, 2524, 2477 a 2479, 2484 a 2487, 2491, 2501, 2504, 2508, 2538, 2541, 2543, 2581, 2582, 2503, 2505 a 2507, 2509, 2510, 2516, 2517, 2528, 2529, 2533, 2544, 2555, 2559, 2562, 2563, 2567, 2515, 2518, 2520, 2521, 2525, 2527, 2532 e 2584, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 17 de março de 2010

Ata da Centésima Septuagésima Quarta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dezessete do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pela Senhora Deputada Solange Duailibe, Secretariada pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, Primeira-Secretária e o Senhor Deputado Raimundo Palito, Segundo-

Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Luana Ribeiro, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão e Toinho Andrade. Deixaram de comparecer a Senhora Deputada Josi Nunes e os Senhores Deputados Angelo Agnolin, Júnior Coimbra, Manoel Queiroz, Paulo Roberto e Stalin Bucar. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 272/2010, de autoria do Senhor Deputado Paulo Roberto, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de cursos, na rede hospitalar pública e privada, para a mulher gestante, sobre atendimentos emergenciais a crianças de zero a seis anos”; Projeto de Lei número 273/2010, de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “Declara o Município de Filadélfia, Capital Tocantinense do Gesso”; Projeto de Lei número 274/2010, de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor Aristóteles Pires de Matos”; ofício número 1.239/2010, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Termo Aditivo com a Escola Técnica Rio Sono, ETRISO, visando aumentar o número de vagas para estágio, no Hospital de Referência de Pedro Afonso; e ofício número 314/2010, oriundo da Secretaria de Esporte, informando a celebração de convênio com a Federação de Motociclismo do Estado do Tocantins. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 276/2010, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso; e os Requerimentos que receberam os números 4386 a 4418. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados Raimundo Moreira, Marcello Lelis, Toinho Andrade, César Halum e Sargento Aragão. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4385, 2944, 2950, 2954 a 2956, 2965 a 2967, 2976 a 2978, 1594, 1595, 1597, 1603, 1611, 1674, 1716, 1727, 1728, 1744, 1729, 1745, 1752, 1761 a 1765, 1767, 1768, 1770, 1771, 1778, 1781, 1774, 1809, 1967, 1977, 1994, 2013, 2015, 2016, 2039, 2128, 2152, 2189, 2264, 2286, 2289, 2315, 2362, 2371, 2381, 2419, 174, 428, 432, 440, 600 a 605, 1041 a 1045, 1054 a 1058, 1060, 1063, 1067 a 1069, 1266, 1267, 1278 a 1281, 1297 a 1299, 1303, 1308, 1310, 2454, 2465, 2467, 2469 e 2473, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, a Senhora Presidente encerrou a Sessão às onze horas e dez minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 17 de março de 2010

Ata da Centésima Septuagésima Quinta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezessete do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pelos Senhores Deputados José Geraldo, Primeiro-

Secretário e Raimundo Palito, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Eli Borges, José Geraldo, Osires Damaso, Raimundo Palito, Sargento Aragão, Solange Duailibe e Toinho Andrade. Deixaram de comparecer as Senhoras Deputadas Luana Ribeiro e Josi Nunes, e os Senhores Deputados Amélio Cayres, Angelo Agnolin, César Halum, Dr. Zé Viana, Fábio Martins, Iderval Silva, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso e Stalin Bucar. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se a deliberação da Ordem do Dia. Em seguida, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ordem do Dia para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às quinze horas e vinte minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 18 de março de 2010

Ata da Centésima Septuagésima Sexta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dezoito do mês de março de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, assumiu a Presidência a Senhora Deputada Solange Duailibe que, por falta de quórum, deixou de abrir a presente Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados: Dr. Zé Viana, Eli Borges, Marcello Lelis, Osires Damaso e Raimundo Moreira. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 23 de março de 2010

Ata da Centésima Septuagésima Sétima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e três do mês de março de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, onde assumiu a Presidência o Senhor Deputado Raimundo Moreira que, por falta de quórum, deixou de abrir a presente Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso e Toinho Andrade. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 24 de março de 2010

Ata da Centésima Septuagésima Oitava Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e quatro do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pelos Senhores Deputados Pastor Pedro Lima, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: César Halum, Manoel Queiroz, Paulo Roberto e Raimundo Palito. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 26/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 20/2010, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, e adota outras providências”; mensagem número 29/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 22/2010, que “Altera a Lei 2.047, de 27 de maio de 2009, que autoriza o Poder Executivo a creditar valores judicialmente reconhecidos aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins”; mensagem número 30/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 23/2010, que “Altera dispositivo da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; mensagem número 31/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 24/2010, que “Institui a GIAD – Gratificação de Incremento das Atividades do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS e adota outras providências”; mensagem número 33/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 26/2010, que “Altera o § 3º do art. 4º da Lei 1.588, de 30 de junho de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios dos Profissionais da Saúde do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; mensagem número 34/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 27/2010, que “Altera as Leis 1.533, de 29 de dezembro de 2004, e 2.156, de 9 de outubro de 2009, e adota outras providências”; mensagem número 38/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 31/2010, que “Altera a Lei 1.381, de 9 de julho de 2003, na parte em que fixa datas para a promoção de Oficiais e Praças da Polícia Militar”; Projeto de Lei número 270/2010, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade, que “Institui o Programa Vamos Ler, implementa a Política Estadual da Biblioteca, do Livro e da Leitura, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 276/2010, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de exame de acuidade visual e auditiva nas escolas da Rede Estadual de Ensino Fundamental”; ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Termos Aditivos, com diversos municípios do Estado; ofícios oriundos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em resposta a ofícios do Gabinete do Senhor Deputado Junior Coimbra, os quais versam sobre a solicitação de implantação do

Programa Pólo de Confeccção – “Costurando o Futuro”; Programa Economia Solidária; Programa Geração de Renda; Programa Fábrica de Temperos; e o Programa Mães Pioneiras, todos no município de Itacajá; e ofício oriundo do Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, informando o repasse de recursos financeiros à Associação Beneficente Evangélica da Assembléia de Deus de Palmas- TO, conforme cópia em anexo. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 277/2010, de autoria do Senhor Deputado Iderval Silva; e 278/2010, de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra; e os Requerimentos que receberam os números 4419 a 4484. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 4425, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe; 4482, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, 4484, de autoria do Senhor Deputado Dr. Zé Viana; e 4419, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso. No horário destinado às Comunicações usou a tribuna a Senhora Deputada Josi Nunes. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 78, 2938 a 2943, 2949, 2951 a 2953, 2960 a 2964, 2970 a 2975, 1719, 1721, 1784, 1688, 1772, 1776, 1777, 1800, 1806, 1734, 1756, 1758, 1779, 1802, 1811, 1783, 1785, 1797, 1799, 1820, 1726, 1731, 1733, 1786, 1787, 1959, 1968, 2048 a 2052, 2415, 2416, 290, 1366 a 1377, 1380, 1382, 1384 a 1386, 614, 1265, 1268, 1282, 1285, 1293, 1296, 1287, 1288 1291, 1292, 1294, 1295 e 1304; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Os Requerimentos números 1689 e 2046 foram retirados da pauta da Ordem do Dia, em atendimento à solicitação do autor, Senhor Deputado José Geraldo. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e trinta e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 24 de março de 2010

Ata da Centésima Septuagésima Nona Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e quatro do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pela Senhora Deputada Solange Duailibe, Secretariada pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, Primeira-Secretária e o Senhor Deputado Raimundo Palito, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, José Geraldo, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados César Halum e Iderval Silva. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 275/2010, de autoria do Senhor Deputado Manoel Queiroz, que “Cria o Programa PRÓ-EGRESSO no sistema prisional do Estado do

Tocantins, e adota outras providências”; ofício número 892/2010, oriundo da Chefia de Gabinete do Governador, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; ofício número 858/2010, oriundo da Casa Civil, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; ofício número 366/2010, oriundo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, informando prorrogação de vigência de vários convênios, através de Termos Aditivos, conforme relação anexa; ofício número 643/2010, oriundo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, informando celebração de convênio com a Defensoria Pública, para a execução do Projeto “Fortalecimento dos Núcleos Especializados da Infância e Juventude”; ofícios oriundos da Secretaria da Educação e Cultura, informando celebração de Convênios com diversas Associações e Prefeituras do Estado; e ofícios números 1.446 e 1.447/2010, oriundos da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Termos Aditivos, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barrolândia; e com o Município de Goiatins, respectivamente. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 4485 a 4503. Logo após, foi rejeitada a urgência do Requerimento que recebeu o número 4487, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Paulo Roberto e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Stalin Bucar. No horário destinado às Comunicações os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Em seguida, com aquiescência do Plenário, a Senhora Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até quarenta minutos, para Reunião Conjunta das Comissões e Extraordinárias da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e Saúde de Meio Ambiente, reabrindo-a às dezessete horas e quarenta e nove minutos. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Raimundo Palito. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4484, 4425, 2903 a 2906, 2909 a 2912, 3620, 3745, 1553, 1557, 1561, 1565, 1567, 1612, 1658, 1660, 2044, 2074, 2119, 2218, 2298, 2300, 2332, 2379, 2392, 2393, 2404, 2451, 3060 a 3064, 348, 350, 1027 a 1029, 393, 424 a 426, 429 a 431, 1273, 1283, 1277, 1290, 1306, 1309, 4439, 2590 a 2593; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 4504, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números 692/2009, 76/2010, 152/2010, 48/2010, 134/2010, 134/2010, 181/2010, 183/2010 e 185/2010, o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e cinquenta e nove minutos, convocando Sessão Extraordinária para as dezenove horas. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 25 de março de 2010

Ata da Centésima Octogésima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis,

Angelo Agnolin, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sargento Aragão e Stalin Bucar. Deixaram de comparecer a Senhora Deputada Solange Duailibe e os Senhores Deputados Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Sandoval Cardoso e Toinho Andrade. Logo após, o Senhor Presidente suspendeu de “ofício” a Sessão, reabrindo-a às dezoito horas e doze minutos. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 27/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Substitutivo ao Projeto de Lei número 14/2010, que “Altera a Lei 1.533, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios do Profissional do Magistério da Educação Básica, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 271/2010, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Recicladores de Paraíso – ARPA”; ofício número 263/2010, oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando alteração contratual, no âmbito do Programa Pró-Município, com o Município de Palmas; e ofício número 1.242/2010, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de convênio com o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, filiado ao Centro Educacional Nossa Senhora do Rosário, visando contribuir à manutenção do Projeto Sinergia. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 4326 a 4333. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 4326, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso; e rejeitada a urgência do Requerimento que recebeu o número 4328, de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados: Osires Damaso, Paulo Roberto, Raimundo Palito e Marcello Lelis. Em seguida, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião Conjunta das Comissões e Extraordinária da Comissão de Educação Cultura e Desporto, reabrindo-a às vinte horas e trinta e sete minutos. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 4334, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números: 115/2010 e 136/2010, o qual foi aprovado. Não havendo matéria a ser deliberada na Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e quarenta minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATADA 153ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 11 de março de 2010

Ata da Centésima Quinquagésima Terceira Sessão Extraordinária

Às vinte horas e quarenta e um minutos do dia onze do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior

Coimbra, Secretariado pelos Senhores Deputados Paulo Roberto, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sargento Aragão e Stalin Bucar. Deixaram de comparecer a Senhora Deputada Solange Duailibe e os Senhores Deputados Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Sandoval Cardoso e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se a deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 14/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.533, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios do profissional do Magistério da Educação Básica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 115/2010, o qual, votado, foi aprovado, com o voto contrário do Senhor Deputado Osires Damaso, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação; Na discussão do Processo número 115/2010, usou a tribuna a Senhora Deputada Josi Nunes para discussão da matéria. Em seguida, foi anunciado em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 19/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Cria a Autarquia de Saneamento do Estado do Tocantins – AGUATINS”, que deu origem ao Processo número 136/2010, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e quinze minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATADA 154ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 11 de março de 2010

Ata da Centésima Quinquagésima Quarta Sessão Extraordinária

Às vinte e uma horas e dezesseis minutos do dia onze do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pelos Senhores Deputados Paulo Roberto, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sargento Aragão e Stalin Bucar. Deixaram de comparecer a Senhora Deputada Solange Duailibe e os Senhores Deputados Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Sandoval Cardoso e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, passou-se a Apresentação de Matéria. Foram

da Saúde do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 183/2010; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Logo após, com a anuência do Plenário, foi colocado em apreciação o inciso “V” da Emenda Modificativa, de autoria do Senhor Deputado Sargento Aragão ao Projeto de Lei número 18/2010, o qual, votado nominalmente, foi aprovado com doze votos favoráveis e dez votos contrários, acompanhando o parecer do relator na sua íntegra. Em seguida, foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação o Projeto de Lei número 18/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 125, de 31 de janeiro de 1990, que dispõe sobre os direitos e obrigações dos policiais militares tocantinense, e estabelece outras providências”, que deu origem ao Processo número 134/2010, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e trinta e oito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATADA 157ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 24 de março de 2010

Ata da Centésima Quinquagésima Sétima Sessão Extraordinária

Às vinte e uma horas e trinta e nove minutos do dia vinte e quatro do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pelos Senhores Deputados Paulo Roberto, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Deixou de comparecer o Senhor Deputado César Halum. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se a deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados em primeira fase de discussão e votação os Projetos de Lei números: 20/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 178/2010; 27/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera as Leis 1.533, de 29 de dezembro de 2004, e 2.156, de 9 de outubro de 2009, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 180/2010; 224/2010, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente em Defesa da Vida-ABDV e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 692/2010; 268/2010, de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Ramiro

Rodrigues dos Santos, Capitão de Mar e Guerra”, que deu origem ao Processo 152/2010; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATADA 158ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 24 de março de 2010

Ata da Centésima Quinquagésima Oitava Sessão Extraordinária

Às vinte e duas horas e dois minutos do dia vinte e quatro do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pelos Senhores Deputados Paulo Roberto, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados César Halum e José Geraldo. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se a deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados em segunda fase de discussão e votação os Projetos de Lei números: 20/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 178/2010; 27/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera as Leis 1.533, de 29 de dezembro de 2004, e 2.156, de 9 de outubro de 2009, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 180/2010; 224/2010, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente em Defesa da Vida-ABDV e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 692/2010; 268/2010, de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Ramiro Rodrigues dos Santos, Capitão de Mar e Guerra”, que deu origem ao Processo 152/2010; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Projeto de Resolução número 12/2009, de autoria do Senhor Deputado Pastor Pedro Lima, que “Cria a Sala do Vereador nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 48/2010; Projeto de Resolução número 14/2010, de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “Cria

a Comissão de Minas e Energia”, que deu origem ao Processo número 76/2010; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para promulgar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

Ata da Quadragésima Nona Reunião Extraordinária

Às dezesseis horas do dia dez de março de dois mil e dez, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayrés, Angelo Agnolin, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Dr. Zé Viana e Cacildo Vasconcelos. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião, e solicitou ao senhor Secretário que informasse o número da Ata da Reunião anterior, a qual, aprovada, foi subscrita pelos parlamentares presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. Foram nomeados relatores os senhores Deputados: Fábio Martins, Processos números: 145/2010, 161/2010 e 172/2010; Raimundo Moreira, Processo número 146/2010, Amélio Cayres, Processos números: 148/2010 e 171/2010; Cacildo Vasconcelos, Processos números: 149/2010 e 159/2010; Josi Nunes, Processos números: 150/2010, 152/2010 e 160/2010, Angelo Agnolin, Processo número 151/2010 e Dr. Zé Viana, Processos números: 158/2010 e 170/2010. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de até dez minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

Ata da Quinquagésima Reunião Extraordinária

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia dez de março de dois mil e dez reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Dr. Zé Viana e Cacildo Vasconcelos. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e com a aquiescência dos parlamentares presentes, a leitura da Ata da Reunião anterior foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O senhor Deputado Cacildo Vasconcelos devolveu os Processos número: 692/2009 e 152/2010, relatados pela Deputada Luana Ribeiro e 76/2010, relatado pelo Deputado Amélio Cayres, e 48/2010, Deputada Josi Nunes. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos Processos números: 692/2009, 76/2010, 152/2010 e ainda foi aprovado o Processo número 48/20010, com Substitutivo apresentado pela relatora, os quais foram encaminhados ao Plenário. Logo após o senhor Presidente,

encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

Ata da Sétima Reunião Extraordinária

Às dezessete horas e vinte e oito minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e dez, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Marcello Lélis, Dr. Zé Viana, Angelo Agnolin, José Geraldo e Josi Nunes. Estavam ausentes os senhores Deputados: Raimundo Palito e Solange Duailibe. O senhor Presidente, Deputado Dr. Zé Viana, solicitou que informassem os números das Atas das Reuniões anteriores as quais, aprovadas, foram subscritas pelos parlamentares presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O senhor Deputado Dr. Zé Viana foi nomeado relator do Processo número 183/2010. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando outra para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

Ata da Oitava Reunião Extraordinária

Às dezessete horas e trinta e dois minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e dez, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Marcello Lélis, Dr. Zé Viana, Angelo Agnolin, José Geraldo e Josi Nunes. Estavam ausentes os senhores Deputados: Raimundo Palito, Júnior Coimbra e Solange Duailibe. O senhor Presidente, Deputado Dr. Zé Viana, declarou aberta a Reunião e com a aquiescência dos parlamentares presentes, a leitura da Ata da Reunião anterior foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O senhor Deputado Dr. Zé Viana devolveu o Processo número 183/2010. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do Processo acima referido e encaminhado ao Plenário. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

Ata da Septuagésima Quinta Reunião Conjunta

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e dez reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho,

Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Marcello Lélis, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, José Geraldo, Iderval Silva. Estavam ausentes os Senhores Deputados: César Halum e Toinho Andrade. O Senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião, e solicitou ao secretário que informasse o número da Ata da Reunião anterior, a qual, aprovada, foi subscrita pelos parlamentares presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. Foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Processo número 178/2010; Josi Nunes, Processos números 180/2010, 182/2010 e 184/2010; Fábio Martins, Processo número 181/2010; Sargento Aragão, Processos números 183/2010 e 185/2010. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de até cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

Ata da Septuagésima Sexta Reunião Conjunta

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e dez reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Marcello Lélis, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, José Geraldo e Iderval Silva. Estavam ausentes os senhores Deputados: César Halum e Toinho Andrade. O Senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e com a aquiescência dos parlamentares presentes, a leitura das Atas das Reuniões foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. Foram devolvidos os Processos números: 134/2010, 183/2010 e 185/2010, Deputado Sargento Aragão; 178/2010, Deputado Cacildo Vasconcelos; 180/2010, Deputada Josi Nunes e 181/2010, Deputado Fábio Martins. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos Processos números 181/2010 e 185/2010 e o Processo número 134/2010, aprovado com as emendas apresentadas pelo relator, os quais foram encaminhados ao Plenário. E aprovados os pareceres dos Processos números: 180/2010, encaminhado a Comissão de Educação e Cultura e o Processo 183/2010, encaminhado a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. O senhor Presidente concedeu vistas em conjunto do Processo 178/2010, pelo tempo regimental. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

Ata da Septuagésima Sétima Reunião Conjunta

Às dezenove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e dez reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Marcello Lélis, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Iderval Silva, Toinho Andrade e José Geraldo. Estava ausente o senhor Deputado César Halum. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e com a aquiescência dos parlamentares presentes, a leitura das Atas das Reuniões foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente a ser lido e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. Foi devolvido o Processo número 178/2010, que estava com vista em conjunto aos Senhores Deputados Raimundo Moreira e José Geraldo. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do Processo acima referido e encaminhado ao Plenário. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

Ata da Septuagésima Oitava Reunião Conjunta

Às quinze horas do dia trinta de março de dois mil e dez reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Sargento Aragão, Marcello Lélis, César Halum, Sandoval Cardoso, Toinho Andrade, José Geraldo e Iderval Silva. Estava ausente o senhor Deputado Angelo Agnolin. O senhor Presidente, Deputado Fábio Martins, declarou aberta a Reunião, o senhor Secretário informou o número das Atas das Reuniões anteriores, as quais, aprovadas, foram subscritas pelos Parlamentares presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. Foram nomeados relatores os Senhores Deputados: César Halum, Processo número 196/2010; Josi Nunes, Processos números: 197/2010, 201/2010, 202/2010, 212/2010 e 216/

2010; Sargento Aragão, Processos números: 198/2010, 199/2010, 205/2010, 209/2010, 213/2010, 214/2010 e 218/2010; Fábio Martins, Processos números: 200/2010 e 207/2010; Amélio Cayres, Processos números: 203/2010 e 206/2010; Dr. Zé Viana, Processos números: 204/2010 e 211/2010 e Luana Ribeiro, Processos números: 208/2010 e 210/2010. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

6.^a Legislatura – 4.^a Sessão Legislativa

Ata da Septuagésima Nona Reunião Conjunta

Às quinze horas e cinquenta minutos do dia trinta de março de dois mil e dez reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Sargento Aragão, Marcello Lélis, César Halum, Sandoval Cardoso, Toinho Andrade, José Geraldo, Iderval Silva e Luana Ribeiro. Estava ausente o senhor Deputado Angelo Agnolin. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e com a aquiescência dos Parlamentares presentes, a leitura da Ata da Reunião anterior foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. Foram devolvidos os Processos números: 182/2010, 184/2010, 197/2010, 201/2010, 202/2010, 212/2010 e 216/2010, Deputada Josi Nunes; 196/2010, Deputado César Halum; 198/2010, 199/2010, 205/2010, 209/2010, 213/2010, 214/2010 e 218/2010, Deputado Sargento Aragão; 200/2010 e 207/2010, Deputado Fábio Martins; 203/2010 e 206/2010, Deputado Amélio Cayres; 208/2010 e 210/2010, Deputada Luana Ribeiro e 204/2010 e 211/2010, Deputado Dr. Zé Viana. O Senhor Deputado Marcello Lelis apresentou Requerimento requerendo a retirada do PL 32/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado que, foi votado e rejeitado pelos Parlamentares presentes e, aprovado o Requerimento solicitando que a Casa oficiem a Excelentíssima Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e o Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça – Sisjusto, que tomem conhecimento do posicionamento desta Casa de Leis, que pede uma solução para o impasse sobre a paralisação dos serventuários da Justiça. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos Processos números: 182/2010, 184/2010, 196/2010, 198/2010, 199/2010, 200/2010, 201/2010, 203/2010, 204/2010, 205/2010, 206/2010, 207/2010, 208/2010, 209/2010, 211/2010, 212/2010, 213/2010, 214/2010, 216/2010 e 218/2010, os quais foram encaminhados ao Plenário. Foi aprovado o parecer do Processo número 210/2010 e encaminhado a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. O Senhor Presidente concedeu vistas em conjunto dos Processos números 197/2010 e 202/2010 aos Senhores Deputados Marcello Lelis e Sargento Aragão. O Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

6.^a Legislatura – 4.^a Sessão Legislativa

Ata da Octogésima Reunião Conjunta

Às dezoito horas do dia trinta de março de dois mil e dez reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Sargento Aragão, Marcello Lélis, César Halum, José Geraldo, Iderval Silva, e Toinho Andrade. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Angelo Agnolin, e Sandoval Cardoso. O Senhor Presidente, Deputado Fábio Martins, declarou aberta a Reunião, e com a aquiescência dos Parlamentares presentes, a leitura das Atas das Reuniões anteriores foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. Foram devolvidos os processos números: 197/2010 e 202/2010 que estavam com vistas em conjunto aos Senhores Deputados Marcello Lélis e Sargento Aragão. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos processos acima e encaminhados ao Plenário. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 199/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Sandra Regina de Abreu Sousa**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP -16, do Gabinete do Deputado **Junior Coimbra**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 218/2010

* Republicado por incorreção

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de

conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 335, de 12 de agosto de 2008, na parte que nomeou **Cleison de Sousa Santos**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-14, no Gabinete do Deputado **Fabio Martins**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 231/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Doralice Andrade da Costa**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01, do Gabinete do Deputado **Stalin Bucar**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 232/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Sady Bastistella Júnior**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-01, no Gabinete do Deputado **Stalin Bucar**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 233/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Madalena Gonçalves de Sousa**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-19, no Gabinete do Deputado **Stalin Bucar**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 234/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Guasley Carneiro de Oliveira**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-20; **Nádima Tavares Queiroz**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, ambos no Gabinete do Deputado **Stalin Bucar**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 235/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 648, de 3 de setembro de 2009, na parte que nomeou **Raimundo Dias Pereira**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-11, no Gabinete do Deputado **Stalin Bucar**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 236/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Claudio Rogério Mendes Toledo**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, do Gabinete do Deputado **Paulo Roberto**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 237/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Wildes Maria Lima Feitosa**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, do Gabinete do Deputado **Paulo Roberto**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 238/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Elisangela Aparecida dos Santos Toledo**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-20; **Danilo Adson Madeira Feitosa**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, ambos no Gabinete do Deputado **Paulo Roberto**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 239/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Edvaldo Batista da Silva**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar da Presidência, do **Gabinete da Presidência**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 240/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Sandra Soares de Brito**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar da Presidência, no **Gabinete da Presidência**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 241/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Marco Antonio Quintelhana**, do cargo em comissão de Oficial de Gabinete da Presidência, do **Gabinete da Presidência**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 242/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Nattasha Marques Luz**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-17, do Gabinete do Deputado **Manoel Queiroz**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 243/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º

da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Maria Dileusa Fernandes de Sousa**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, do Gabinete do Deputado **Manoel Queiroz**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 244/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Karolyne da Costa Reis Marques**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-17; **Rennê Pereira dos Santos**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-20, todos no Gabinete do Deputado **Manoel Queiroz**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 245/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 519, de 17 de junho de 2009, na parte que nomeou **Marlene Soares Barros**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20; o Decreto Administrativo n.º 689, de 21 de setembro de 2009, na parte que nomeou **Robervânia Maria da Conceição Santos**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20 no Gabinete do Deputado **Eduardo do Dertins**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 246/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de

conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Hélio Dias Carvalho**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-20, no Gabinete do Deputado **Eduardo do Dertins**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 247/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Rubiana Lorena Lopes Martins Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-14; ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 926, de 20 de novembro de 2009, na parte que nomeou **Wanderléia Batista Rodrigues**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-14, ambas no Gabinete do Deputado **Eduardo do Dertins**, a partir desta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 248/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 461, de 18 de maio de 2009, na parte que nomeou **Maria Dalva Marcelino Brito Lima**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20; o Decreto Administrativo n.º 516, de 17 de junho de 2009, na parte que nomeou **Maria de Jesus Vieira da Silva**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-02; o Decreto Administrativo n.º 514, de 17 de novembro de 2008, na parte que nomeou **José da Mota Correia**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01; o Decreto Administrativo n.º 263, de 18 de março de 2010, na parte que nomeou **Sarah Thiemy Lopes Takahashi**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19, todos no Gabinete do Deputado **Sandoval**

Cardoso, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 249/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 63, de 16 de fevereiro de 2009, na parte que nomeou **Camila Rosa Brito**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-06; o Decreto Administrativo n.º 443, de 08 de outubro de 2008, na parte que nomeou **Juliana de Alencar Parente de Meneses**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-08; o Decreto Administrativo n.º 203, de 18 de março de 2009, na parte que nomeou **Raimundo Nonato de Oliveira**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12, todos no Gabinete do Deputado **Raimundo Palito**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 250/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Vera Lucia Alves da Silva**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-17; **Adriano Dourado Dantas**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18; **Anastácio Alves dos Reis**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-18, todos no Gabinete do Deputado **Raimundo Palito**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 251/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 197, de 18 de março de 2009, na parte que nomeou **Joelma Feitosa Frazão**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12; o Decreto Administrativo n.º 198, de 18 de março de 2009, na parte que nomeou **Kelen Rodrigues Farias**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete de Líder Bloco Parlamentar; o Decreto Administrativo n.º 605, de 12 de agosto de 2009, na parte que nomeou **Francisco David Anderson Diniz**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12; o Decreto Administrativo n.º 60, de 13 de fevereiro de 2009, na parte que nomeou **José Valdir de Noroês**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, todos no Gabinete da Deputada **Solange Duailibe**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 252/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Ironéia Rodrigues de Oliveira**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, do Gabinete da Deputada **Solange Duailibe**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 253/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 884, de 16 de novembro de 2009, na parte que nomeou **Polyana Rodrigues Guerra**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15, no Gabinete da Deputada **Solange Duailibe**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 254/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Schneider Rodrigues Barco**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-17, no Gabinete da Deputada **Solange Duailibe**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 255/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 550, de 8 de julho de 2009, na parte que nomeou **Adriana Gricolo**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12; o Decreto Administrativo n.º 551, de 8 de julho de 2009, na parte que nomeou **Washinton José Lima Feitosa**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-17, ambos no Gabinete do Deputado **Paulo Roberto**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 256/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Letícia Barbosa Soares**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-13, do Gabinete do Deputado **Marcello Lelis**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 257/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Edson Dourado Moreira**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-06, no Gabinete do Deputado **Marcello Lelis**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 258/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Emanuella Kallyne Carvalho**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, do Gabinete do Deputado **Marcello Lelis**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 259/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Zilda Pereira de Sousa**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-18, no Gabinete do Deputado **Marcello Lelis**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 260/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de

conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **João Lino Cavalcante Neto**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-08, do Gabinete da Deputada **Josi Nunes**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 261/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Eduardo Gomes Lobo**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-08, no Gabinete da Deputada **Josi Nunes**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 262/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo nº 515, de 17 de junho de 2009, na parte que nomeou **Dalvani de Oliveira**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, no Gabinete do Deputado **Sandoval Cardoso**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 263/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Laurenita Rosa da Silva**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-20; **Sarah Thiemy Lopes Takahashi**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-20; **Júnior José da Silva**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-20, todos no Gabinete do Deputado **Sandoval Cardoso**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 264/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Craudisson Lourenço Junior**, para exercer o cargo em Comissão de Oficial de Gabinete da Presidência e **Wedla Medeiros Mota Sousa**, para exercer o cargo em Comissão de Oficial de Gabinete da Presidência, no **Gabinete da Presidência**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 265/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Rosemar José de Oliveira**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12, do Gabinete do Deputado **Marcello Lelis**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 267/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo nº 731, de 15 de outubro de 2009, na parte que nomeou **Ronaldo Bueno Marques**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-02; o Decreto Administrativo nº 399, de 16 de abril de 2009, na parte que nomeou **Joana Darc Martins**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, ambos no Gabinete do Deputado **Toinho Andrade**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 268/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Camila Pereira Cavalcante**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12, do Gabinete do Deputado **Toinho Andrade**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 269/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Liana Sotero Andrade**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-12, no Gabinete do Deputado **Toinho Andrade**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 270/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Erisvan Sousa Gomes**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-14, no Gabinete do Deputado **José Geraldo**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 273/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Wildercio Leonival de Almeida**, do cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete, do Gabinete do Deputado **Júnior Coimbra**, a partir desta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 274/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Ana Paula de Moura Santos**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Especial de Gabinete, no Gabinete do Deputado **Júnior Coimbra**, a partir desta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 275/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Delmar Pinheiros Borges**, do cargo em comissão de Assessor Legislativo de Gabinete de Deputado, do Gabinete da Deputada **Luana Ribeiro**, a partir do dia 10 de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 276/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Cipriano Moreira de Aquino**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Legislativo de Gabinete de Deputado, no Gabinete da Deputada **Luana Ribeiro**, a partir do dia 10 de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 277/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Ronan Dorneles de Sousa**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, do Gabinete do Deputado **Eli Borges**, a partir do dia 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 279/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Elias Monteiro da Silva**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP- 20, do Gabinete do Deputado **Eli Borges**, a partir do dia 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 280/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Aguimarões Rodrigues de Sousa**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP- 13, do Gabinete do Deputado **Eli Borges**, a partir do dia 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 281/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo nº 154, de 10 de fevereiro de 2007, na parte que nomeou **Irineu Bento Barbosa**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-14; o Decreto Administrativo nº 173, de 23 de fevereiro de 2007, na parte que nomeou **Ronaldo Kubijan**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-09; o Decreto Administrativo nº 175, de 23 de fevereiro de 2010, na parte que nomeou **Vanessa Marques da Rocha Amaral**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-11; o Decreto Administrativo nº 79, de 25 de janeiro de 2010, na parte que nomeou **Moisés Barreira de Oliveira**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, todos no gabinete do Deputado **Eli Borges**, a partir do dia 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 282/2010

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Eliane Vieira dos Santos**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP- 19; **Clarice**

Rodrigues de Oliveira, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-20, ambas no Gabinete do Deputado **Eli Borges**, a partir do dia 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 283/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo nº 552, de 19 de dezembro de 2008, na parte que nomeou **Creusa Castro de Aguiar**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-18; o Decreto Administrativo nº 238, de 18 de março de 2009, na parte que nomeou **Kéríta Ferreira dos Santos**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-13; o Decreto Administrativo nº 167, de 24 de abril de 2009, na parte que nomeou **Nábia Claudina da Silva Araújo**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-01; o Decreto Administrativo nº 75, de 17 de fevereiro de 2009, na parte que nomeou **Djanira Alves de Sousa**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em Comissão de Assessor Especial de Gabinete de Líder de Bloco Parlamentar, todos no Gabinete do Deputado **Raimundo Moreira**, a partir do dia 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 284/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo nº 236, de 18 de março de 2009, na parte que nomeou **Neusa Rodrigues Aragão**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-07; o Decreto Administrativo nº 158, de 22 de fevereiro de 2010, na parte que nomeou **Maria Dimá Farias Almeida**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-12, ambas no gabinete do Deputado **Raimundo Moreira**, a partir do dia 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 285/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Iracilda Marques da Silva**, para exercer em comissão o cargo de Assessor Parlamentar AP-13, **Péricles Vinicius Siqueira de Sousa**, para exercer em comissão o cargo de Assessor Parlamentar AP-13, ambos no Gabinete do Deputado **Raimundo Moreira**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 286/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo nº 64, de 21 de janeiro de 2010, na parte que nomeou **Jurailson Castro Barbosa**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-14; o Decreto Administrativo nº 12, de 13 de janeiro de 2010, na parte que nomeou **América Pereira Farias**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar AP-18, ambos no gabinete do Deputado **José Viana**, a partir do dia 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 287/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Felipe Fonseca Ferreira**, para exercer em comissão o cargo de Assessor Parlamentar AP-07, no Gabinete do Deputado **José Viana**, a partir do dia 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 289/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º MANTER a disposição dos servidores **João Carlos Diniz Arraes** e **Sebastião Ângelo**, pertencentes ao quadro de pessoal efetivo desta Casa de Leis, a fim de que continuem prestando serviço junto ao Executivo Estadual, com ônus para o órgão requisitante, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 290/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Rubens Gomes Carneiro**, para exercer o cargo em comissão de Oficial de Gabinete da Presidência, no **Gabinete da Presidência**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 291/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Raphael Paiva de Almeida**, do cargo em comissão de Oficial de Gabinete da Presidência, do **Gabinete da Presidência**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 26 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 292/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de

conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Marcelo Guinzalli**, do cargo em comissão de Oficial de Gabinete da Presidência, do Gabinete da Presidência, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 26 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 293/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Brenda Andrade Rego**, do cargo em comissão de Secretário Legislativo do Gabinete da Presidência, do **Gabinete da Presidência**, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 26 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 294/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo nº 514, de 17 de novembro de 2008, na parte que nomeou **Evailza Noletto da Silva Maciel**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Secretário Legislativo do Gabinete da Presidência, no Gabinete do Deputado Presidência, a partir de 1º de março de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 26 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

PORTARIA N.º 059/2010 – P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º

201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar ponto facultativo, na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, o dia 1º de abril de 2010, Quinta-Feira de Doenças.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

PORTARIA N.º 060/2010 – P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001, em atendimento ao art. 67, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Instrução Normativa TCE-TO N.º 02/2008, de 7 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Diretor de Área Administrativa, para responder como responsável pelo acompanhamento da execução dos contratos de empresas firmados com esta Casa de Leis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 29 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

PORTARIA N.º 061/2010 – P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR no Gabinete do Deputado **Toinho Andrade** a servidora **Virgínia Pereira da Silva Andrade**, Assistente Administrativo, matrícula n.º 185035-1, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, colocada a disposição deste Poder Legislativo, através do Ato n.º 1.111 - CSS de 18 de fevereiro de 2010, retificado pela Portaria CCI N.º 824 – RET, de 4 de março de 2010, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010, com ônus para o órgão de origem.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 29 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

PORTARIA N.º 062/2010 – P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR no Gabinete do Deputado **Osires Damaso** a servidora **Ana Maria Vieira Fernandes**, Professora PII, matrícula n.º 25683, integrante do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Palmas, colocada a disposição deste Poder Legislativo, através do Decreto de 23 de março de 2010, no período de 23 de março a 31 de dezembro de 2010, com ônus para o requisitante.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 29 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

PORTARIA N.º 063/2010 – P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o Senhor Deputado **Stalin Juarez Gomes Bucar**, para em missão oficial, empreender viagem a China, para divulgação das potencialidades econômicas do Estado, no período de 15 a 24 de abril do corrente ano.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de março de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento ao que preceitua o art. 61, Parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte contrato:

CONTRATO N.º :012/2010

PROCESSO Nº:00142/2010

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

CONTRATADA: Empresa Tocantins Market - Análise e Investigação de Mercado Ltda.

OBJETO: Serviços de Pesquisas de Opinião Pública

VIGÊNCIA: 31/03/2010 a 30/03/2011

VALOR CONTRATO: R\$ 528.000,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade 01.122.0195.2001 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - Elemento de Despesa 339039 - Fonte 00.

DATA DA ASSINATURA: 31 de março de 2010

SIGNATÁRIOS: Raimundo Coimbra Júnior – Presidente

Iguatemi Esteve Lins - Representante

EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento ao que preceitua o art. 61, Parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte contrato:

CONTRATO Nº: 013/2010

PROCESSO Nº: 00727/2010

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

CONTRATADA: Restaurante Seara Ltda - ME.

OBJETO: Fornecimento de refeição tipo marmitex.

VIGÊNCIA: 29/03/2010 a 28/03/2011

VALOR CONTRATO: R\$ 40.020,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade 01.122.0195.2001 – Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - Elemento de Despesa 339030

DATA DA ASSINATURA: 29 de março de 2010

SIGNATÁRIOS: Raimundo Coimbra Júnior – Presidente

Diogo Mateus Simon - Representante

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS****Nº. 004/2010**

Considerando o julgamento da licitação e com base na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, , Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, , Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decretos Administrativos 157 de 23 de abril de 2008 e 105 de 10 de fevereiro de 2010 do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e demais legislações pertinentes, fica ADJUDICADA e HOMOLOGADA a Ata de Registro de Preços, do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2010 da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constantes em sua Proposta de Preço, anexada aos autos:

Empresa: **Tins Sistema para escritórios LTDA** – CNPJ: 05.992.445/0001-19

LOTE 01

It	Un	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1.1	Uni d	Mesa de reunião circular, tampo 25 mm 1200x740 mm, Linha Ethos, mod. MRC2120- Marca Bortolini	15	1.087,00	16.305,00
1.2	Uni d	Estação de trabalho ergonomica em l tampo 25 mm 1200x1400x600x740 mm c/ passa cabos e calhas em aço, Linha Ethos, mod. ETM2015 - Marca Bortolini	63	1.452,00	91.476,00
		Estação de trabalho ergonomica em l tampo 25 mm 1400x1200x600x740 mm, Linha Ethos, mod. ETM2014 - Marca Bortolini	75	1.452,00	108.900,00
		Estação de trabalho ergonomica em l tampo 25 mm 1400x1600x600x740 mm, Linha Ethos, mod. ETM2021 - Marca Bortolini	33	1.452,00	47.916,00
		Estação de trabalho ergonomica em l tampo 25 mm 1200x1200x600x740 mm, Linha Ethos, mod. ETM2013 - Marca Bortolini	3	1.353,00	4.059,00
		Estação de trabalho ergonomica em l tampo 25 mm 1600x1600x600x740 mm, Linha Ethos, mod. ETM2019 - Marca Bortolini	3	1.480,00	4.440,00
		Estação de trabalho ergonomica em l tampo 25 mm 1600x1400x600x740 mm, Linha Ethos, mod. ETM2020 - Marca Bortolini	3	1.441,00	4.323,00
		1.3	Uni d	Mesa de trabalho linear tampo 25 mm 1400x600x740 mm c/ passa cabos e calhas em aço, Linha Ethos, mod. ETM2006 - Marca Bortolini	18
Mesa de trabalho linear tampo 25 mm 1200x600x740 mm, Linha Ethos, mod. ETM2005 - Marca Bortolini	21			903,00	18.963,00
1.4	Uni d	Extensão terminal circular pé cilindro 1307x600x400x730 mm, Linha Ethos, mod. CON6012 - Marca Bortolini	18	319,00	5.742,00
1.5	Uni d	Estação de trabalho angular ergonomica com diálogo 1200x1400x600x730 mm c/ passa cabos e calhas, Linha Ethos, mod. ETM2049 - Marca Bortolini	18	1.403,00	25.254,00
		Estação de trabalho angular ergonomica com diálogo 1600/800x1200/600x730 mm, Linha Ethos, mod. ETM2049 - Marca Bortolini	3	1.470,00	4.410,00
		Estação de trabalho angular ergonomica com diálogo 1400/800x1200/600x730 mm, Linha Ethos, mod. ETM2050 - Marca Bortolini	24	1.413,00	33.912,00
1.6	Uni d	Gaveteiro pedestal com 04 gavetas med. 332x600x730 mm, Linha Ethos, mod. GAL3374 - Marca Bortolini	51	789,00	40.239,00
1.7	Uni d	Gaveteiro móvel com 03 gavetas med. 332x500x568 mm, Linha Ethos, Mod. GAM3353 - Marca Bortolini	183	649,00	118.767,00
1.8	Uni d	Armário suspenso tampo 25 mm flepper door med. 800x335x420, Linha Ethos, mod. ILD8033 - Marca Bortolini	15	618,00	9.270,00
1.9	Uni d	Mesas ergonomica auto portante tampo regulavel 25 mm c/ painel divisor med. 980x900x620x880 mm c/ Passa cabos e calhas, Linha Ethos, mod. ETM2052 - Marca Bortolini	6	1.894,00	11.364,00

1.10	Unid	Painel divisória alto cego com conectores e rodapé med. 700x1600x50 mm, Linha Ethos, mod. DIP8120 - Marca Bortolini	72	506,00	36.432,00
		Painel divisória alto cego com conectores e rodapé med. 1200x1600x50 mm, Linha Ethos, mod. DIP8122 - Marca Bortolini	12	748,00	8.976,00
		Painel divisória alto cego com conectores e rodapé med. 1000x1600x50 mm, Linha Ethos, mod. DIP8121 - Marca Bortolini	6	668,00	4.008,00
1.11	Unid	Painel superior divisor frisado med. 600x450x25 mm, Linha Ethos, mod. ALP0601 - Marca Bortolini	84	223,00	18.732,00
		Painel superior divisor frisado med. 1200x450x25 mm, Linha Ethos, mod. ALP1201 - Marca Bortolini	48	331,00	15.888,00
		Painel superior divisor frisado med. 1400x450x25 mm, Linha Ethos, mod. ALP1401 - Marca Bortolini	18	365,00	6.570,00
1.12	Unid	Armário baixo com duas portas tampo 25 mm med. 800x472x737, Linha Ethos, mod. ARB8275 - Marca Bortolini	69	799,00	55.131,00
1.13	Unid	Armário alto com duas portas tampo 25 mm med. 800x472x1607 mm, Linha Ethos, mod. ARA8817 - Marca Bortolini	99	1.208,00	119.592,00
1.14	Unid	Armário medio com duas portas tampo 25 mm med. 800x472x1307 mm, Linha Ethos, mod. ARM8614 - Marca Bortolini	12	1.178,00	14.136,00
1.15	Unid	Suporte para cpu em chapa aço e base de madeira com rodinhas med. 233x479x590 mm, mod. PCPUAL-AN01 - Marca Pandin	235	119,00	27.965,00
1.16	Unid	1. Mesa ergonomica diretor com anexo, tampo 40 mm med. 2650x1250x1700x740 mm, Linha Zaffer 40 - Marca Martinucci	3	2.920,00	8.760,00
VALOR GLOBAL DO LOTE 01					878.000,00

LOTE 02

Item	Unid	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2.1	Unid	Cadeiras executiva multiregulável a gás base giratória, mod. 8103 BKG - Marca Cavaletti	216	407,00	87.912,00
2.2	Unid	Cadeiras fixas executivas tipo aproximação, mod. 8107 -S - Marca Cavaletti	120	303,00	36.360,00
2.3	Unid	Poltronas diretor encosto alto base estampada, mod. 18001 - Marca Cavaletti	3	1.150,00	3.450,00
2.4	Unid	Poltronas diretor aproximação base y giratória, 18006 -Z - Marca Cavaletti	6	528,00	3.168,00
2.5	Unid	Longarinas diretor executiva com três lugares, mod. 8110 3L - Marca Cavaletti	3	844,00	2.532,00
2.6	Unid	Poltronas diretor encosto medio base estampada, mod. 18002 - Marca Cavaletti	54	850,00	45.900,00
2.7	Unid	Poltronas aproximação base s, braço contínuo, mod. 18006 -S - Marca Cavaletti	108	422,00	45.576,00
VALOR GLOBAL DO LOTE 02					224.898,00

LOTE 03

Item	Unid	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2.1	Unid	Sistema de arquivos deslizantes para arquivamento de pastas digitais, composto de sistema de gerenciamento, esterização do ar, 12 módulos e 10.800 pastas digitais terminal, mod. SOHO Marca Tecnolach	3	123.333,00	369.999,00
VALOR GLOBAL DO LOTE 03					369.999,00
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				1.472.897,00	

1. CONDIÇÕES GERAIS**1.1. Prazo de validade dos preços registrados**

a) O prazo de validade do preço registrado será de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação desta ata.

1.2. Prazo de execução

a) Os serviços serão executados conforme solicitação da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins e especificações constantes no Edital e Termo de Referência em epígrafe.

1.3. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 03 (três) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, por igual período e por uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O contrato terá a sua vigência de 12 (doze) meses conforme validade da ata de registro de preços, podendo ser prorrogado nas hipóteses do art. 57 da Lei 8666/1993.

1.4. Condições de Pagamentos:

a) Os pagamentos serão efetuados mensalmente em até 10(dez) dias após a emissão da nota fiscal, com certidão expedida pelo Setor Administrativo da Contratante de que o(s) serviços foram prestados a contento

1.5. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo discriminada, através de seu representante credenciado no certame, juntamente com o Pregoeiro e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins.

Palmas – TO, 29 de março de 2010.

JUNIOR COIMBRA

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins

FÁBIO DE OLIVEIRA SOARES

Pregoeiro e Presidente a Comissão Permanente de Licitação

Zacarias Nunes de Melo

CPF: 363.283.911-53

Tins Sistema para escritórios LTDA

CNPJ: 05.992.445/0001-19

Outras Publicações

BALANÇO PATRIMONIAL Exercício: 2009 Período de Janeiro a Dezembro

Empresa: ASLETO – Assoc. Serv. Assemb. Leg. Tocantins End.: Pç. Dos Girassóis Pal. J. D'Abreu CNPJ: 33.564.717/0001-15

Grupo: ATIVO Levantamento em 31/12/09 NIRE: 2.899 LIVRO - A 04 Folha 00005

ATIVO CIRCULANTE

DISPONÍVEL

CAIXA GERAL	345,58	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	450.593,02	450.938,60

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

APLICAÇÃO EM CADERNETA POUPANÇA	58,27	
IMPOSTOS A RECUP. OU COMPENSAR	1.399,63	
DESP. EXERC. SEG. PG. ANTECIPADAS	2.628,01	4.085,91

TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		455.024,51
---------------------------	--	------------

ATIVO PERMANENTE

IMOBILIZADO

TERRENOS	11.046,66	
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.740,00	
CONSTRUÇÃO EM ANDAMENTO	579.667,16	
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	1.935,00	595.388,82
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE		

DEPRECIACÃO ACUMULADA

DEPR. ACUM. – COMPUTADORES E PER.	(193,49)	
DEPR. ACUM. – MAQ. E EQUIPAMENTOS	(116,00)	(309,49)

TOTAL DO ATIVO PERMANENTE		595.079,33
---------------------------	--	------------

TOTAL DO ATIVO		1.050.103,84
----------------	--	--------------

BALANCO PATRIMONIAL Exercício: 2009 Período de Janeiro a Dezembro**Empresa:** ASLETO – Assoc. Serv. Assemb. Leg. Tocantins **End.:** Pç. Dos Grassóis Pal. J. D'Abreu **CNPJ:** 33.564.717/0001-15

Grupo: A T I V O Levantamento em 31/12/09 NIRE: 2.899 LIVRO-A 04 Folha 00004

RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL

CONVÊNIOS	2.115.988,06	
TOTAL=====		2.115.988,06

DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.441.071,77)	
DESPESAS TRIBUTARIAS	(2.123,26)	
DESPESAS FINANCEIRAS	(646,66)	
RECEITAS FINANCEIRAS	3,77	
TOTAL=====		(1.443.837,92)

OPERACIONAL =====		672.150,14
--------------------------	--	------------

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração.

Palmas/TO, 31 de dezembro 2009.

Maria Rosane Alves Miranda
Presidente ASLETO
CPF nº 332.677.661-68

Salvador Noletto Filho
Contador CRC nº 039.463
Consult Serv. Contábeis S/C Ltda.
CRC/TO 00040

BALANÇO PATRIMONIAL Exercício: 2009 Período de Janeiro a Dezembro

Empresa: ASLETO – Assoc. Serv. Assemb. Leg. Tocantins **End.:** Pç. Dos Girassóis Pal. J. D´Abreu **CNPJ:** 33.564.717/0001-15

Grupo: P A S S I V O **Levantamento em** 31/12/09 **NIRE:** 2.899 LIVRO-A 04 **Folha** 00006

PASSIVO CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES GERAIS A PAGAR		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	1.392,08	
ENCARGOS SOCIAIS	1.109,49	2.501,57
 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	6.527,86	6.527,86
 FORNECEDORES		
FORNECEDORES MERC. E SERVIÇOS	271,60	
ROSANGELA PINHO BONIFÁCIO	95,25	366,85
 TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	-----	-----
		9.396,28

RESULTADOS DE EXERC. FUTUROS

RECEITAS DE EXERC. FUTUROS		
RECEITA DE CONVEC IO		
 TOTAL DO RESULTADOS DE EXERC. FUTUROS	-----	-----

PATRIMONIO LIQUIDO

SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO		
SUPERAVIT DO EXERCICIO		
SUPERAVIT ACUMULADOS	1.040.707,56	
DEFICIT ACUMULADOS	0,00	
RESULTADO DO PERÍODO	0,00	1.040.707,56
 TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	-----	-----
		1.040.707,56
 TOTAL DO PASSIVO	-----	-----
		1.050.103,84

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância de **R\$ 1.050.103,84 (Hum milhão, cinqüenta mil, cento e três reais e oitenta e quatro centavos)**. Ressalvando que a responsabilidade do profissional contabilista, fica restrita ao aspecto técnico e assessoramento desde que reconhecidamente operou com elementos dados e comprovantes fornecidos pela ASLETO que se responsabiliza pela sua exatidão e veracidade, bem como pelo seu patrimônio social considerados levantados pela atual administração e sob sua responsabilidade.

Palmas/TO 31 de dezembro de 2009.

Maria Rosane Alves Miranda
Presidente ASLETO
CPF nº 332.677.661-68

Salvador Noleto Filho
Contador CRC nº 039.463
Consult Serv. Contábeis S/C Ltda.
CRC/TO 00040

Empresa: ASLETO – Assoc. Serv. Assemb. Leg. Tocantins

End.: Pç. Dos Girassóis Pal. J. D'Abreu

CNPJ: 33.564.717/0001-15

NIRE: 2899 LIVRO-A-04

Levantamento em 31/12/09

Folha 00007

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS

SALDO ANTERIOR DE LUCROS ACUMULADOS	+	369.093,87
AJUSTES CREDORES DE PERIODOS-BASE ANTERIORES	+	
CORREÇÃO MONETARIA DOS LUCROS ACUMULADOS	+	
REVERSÃO DE RESERVAS	+	
OUTROS RECURSOS	+	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	+	672.150,14
SALDO ANTERIOR DE DEFICIT ACUMULADOS	-	
AJUSTES DEVEDORES DE PERIODOS-BASE ANTERIORES	-	536,45
CORREÇÃO MONETARIA DOS DEFICIT ACUMULADOS	-	
DEFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	
SOMADOS RECURSOS		1.040.707,56
TRANSFÊNCIA PARA RESERVAS	+	
DIVIDENDOS OU LUCROS DISTRIBUÍDOS, PAGOS OU CREDITADOS..	+	
IMPOSTO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	+	
PARCELAS DOS LUCROS INCORPORADAS AO CAPITAL	+	
OUTRAS APLICAÇÕES	+	
SOMADAS APLICAÇÕES	
SUPERÁVIT OU DEFICIT ACUMULADOS		1.040.707,56

Maria Rosane Alves Miranda
 Presidente ASLETO
 CPF nº 332.677.661-68

Salvador Noleto Filho
 Contador CRC nº 039.463
 Consult Serv. Contábeis S/C Ltda.
 CRC/T O 00040

DEPUTADOS DA 6ª LEGISLATURA

Amélio Cayres – PR
 Angelo Agnolin – PDT
 Cacildo Vasconcelos - PP
 César Halum – PPS
 Dr. Zé Viana - PSC
 Eduardo do Dertins – PPS
 Eli Borges – PMDB
 Fábio Martins – PDT
 Pastor Pedro Lima – PR
 Iderval Silva – PMDB
 José Geraldo – PTB
 Josi Nunes – PMDB

Júnior Coimbra – PMDB
 Luana Ribeiro – PR
 Manoel Queiroz - PPS
 Marcello Lelis – PV
 Osires Damaso - DEM
 Paulo Roberto - PR
 Raimundo Moreira – PSDB
 Raimundo Palito – PP
 Sandoval Cardoso - PMDB
 Solange Duailibe – PT
 Stalin Bucar - PR
 Toinho Andrade – DEM

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder do Governo: Deputada Josi Nunes - PMDB
 1º Vice-Líder: Deputado Fábio Martins - PDT
 2º Vice-Líder: Deputado César Halum - PPS

BLOCO – PSDB/PP/PTB

Líder: Deputado Raimundo Moreira - PSDB
 Vice-Líder: Deputado José Geraldo - PTB

BLOCO – PR//PV

Líder: Deputado Marcello Lelis - PV
 Vice-Líder: Deputado Amélio Cayres - PR

BLOCO – PPS/PDT/PT

Líder: Deputada Solange Duailibe – PT
 Vice-Líder: Deputado Fábio Martins - PDT

BLOCO – PMDB/PSC

Líder: Deputado Iderval Silva
 Vice-Líder: Deputada Josi Nunes